

Escolas do ABC carecem de profissionais capacitados em primeiros socorros

Amanda Lemos

Um engasgo, queda, convulsão ou parada cardiorrespiratória podem transformar a rotina de uma escola em situação de emergência. Nesses casos, os primeiros minutos podem ser decisivos enquanto o atendimento especializado não chega. Embora uma lei federal determine a capacitação de professores e funcionários em primeiros socorros, as redes de ensino do ABC ainda enfrentam desafios para garantir profissionais preparados para agir diante de emergências desse tipo.

Criada em 2018, a lei federal nº 13.722, conhecida como Lei Lucas, tornou obrigatória a capacitação em primeiros socorros de professores e funcionários de estabelecimentos públicos e privados de educação básica. A legislação foi criada após a morte do estudante Lucas Begalli, de 10 anos, que se engasgou durante um passeio escolar em Campinas, no interior de São Paulo.

Levantamento realizado pelo **RD** com as redes municipais da região mostra que uma parcela de prefeituras oferecem treinamentos, mas adotam estratégias diferentes para cumprir a legislação. Enquanto algumas afirmam ter capacitado todos os profissionais, outras trabalham com grupos específicos, multiplicadores ou brigadas de primeiros socorros.

Em Diadema, a formação é realizada anualmente e integra o programa “Escola que Protege”. O treinamento tem quatro horas de duração e aborda primeiros socorros e manobras de desengasgo. Segundo a Prefeitura, a capacitação é obrigatória para diretoras, vice-diretoras, coordenadoras pedagógicas e supervisoras de ensino das 61 escolas de Educação Infantil e Ensino Fundamental e das 36 creches conveniadas da rede municipal. Esses profissionais são orientados a compartilhar os conhecimentos com professores e demais funcionários das unidades.

Ainda de acordo com a administração municipal, profissionais de todas as escolas da rede já participaram da formação. A Secretaria de Educação, no entanto, não possui o número exato de participantes. Em julho deste ano, Diadema contava com 2.865 funcionários atuando nas escolas, sendo 2.054 professores.

A formação ocorre uma vez por ano, geralmente em abril. Em outubro, pela primeira vez, o treinamento será ampliado para cerca de 300 bolsistas do programa Ação nos Bairros que trabalham na limpeza das escolas.

Mauá afirma ter treinado toda a rede

Em Mauá, a Prefeitura afirma que todos os 3.434 professores e funcionários da rede municipal receberam treinamento. A cidade iniciou as formações específicas em 2022, quando 891 profissionais participaram presencialmente do curso “Cuidar é educar: primeiros socorros”.

Em 2024, uma nova formação online reuniu 1.160 profissionais. No ano seguinte, 400 trabalhadores participaram de treinamento presencial sobre a Lei Lucas e o atendimento do Samu. Em agosto de 2026, outros 933 profissionais participaram de formação online sobre primeiros socorros e desenvolvimento infantil.

Os cursos abordam identificação de emergências, desobstrução das vias aéreas, especialmente em casos de engasgo, ressuscitação cardiopulmonar (RCP) e procedimentos básicos até a chegada do atendimento especializado. A atualização ocorre anualmente e as unidades também podem solicitar formações complementares de acordo com a necessidade.

Apesar da cobertura informada pela administração, Mauá também não possui um levantamento consolidado sobre quantas situações de emergência ocorreram nas escolas desde a implementação da Lei Lucas.

Santo André trabalha com formação e reciclagem

Em Santo André, a Secretaria de Educação oferece formação em primeiros socorros realizada por uma equipe especializada do Samu. Os treinamentos acontecem duas vezes ao ano, divididos em quatro turmas. A orientação da rede é que cada unidade municipal indique ao menos um funcionário que ainda não tenha participado da formação. Profissionais que já fizeram o curso também podem retornar para atualizar os conhecimentos. Até o momento, aproximadamente 2.400 profissionais de 120 escolas municipais participaram da capacitação.

Segundo a Prefeitura, o objetivo é preparar os trabalhadores para realizar o atendimento inicial em situações de emergência até a chegada de equipes especializadas. A Secretaria também informa que, quando há disponibilidade de vagas, profissionais de escolas que não pertencem à rede municipal podem participar das formações.

São Bernardo cria brigadas por turno

Em São Bernardo, a formação em primeiros socorros passou a ser organizada de forma mais sistemática nos últimos anos. Em 2025, 8.544 dos 9.379 profissionais previstos concluíram a formação on-line em primeiros socorros, o equivalente a 91,1% do público. Neste ano, a rede conta com aproximadamente 9.273 profissionais.

A estratégia adotada em 2026 combina a formação online, oferecida a todos os profissionais da Educação, com treinamento presencial destinado aos trabalhadores que irão integrar as Brigadas de Primeiros Socorros das escolas. A capacitação presencial será realizada até dezembro e, por isso, o número final de profissionais certificados ainda não foi consolidado.

A formação online aborda situações como engasgos, quedas, fraturas, convulsões, febre, mal-estar, sangramentos, desmaios, picadas de insetos, mordidas e crises alérgicas.

Já o treinamento presencial inclui conteúdos como queimaduras, choque elétrico, ferimentos, fraturas, crises convulsivas, Acidente Vascular Encefálico (AVE), engasgo e parada cardiorrespiratória. As atividades práticas são realizadas pelo Núcleo de Educação em Urgências do Samu.

Formação não pode ser apenas pontual, diz Apeoesp

Para o presidente interino da Apeoesp, José Roberto Guido Pereira, um dos principais problemas relacionados à Lei Lucas é justamente garantir que a capacitação seja aplicada de maneira contínua. Segundo Pereira, a legislação foi criada em um momento de comoção após a morte de Lucas, mas existe um desconhecimento sobre a lei e dificuldades para assegurar sua aplicação na prática.

“A lei funciona num momento de comoção”, afirma Pereira, que defende que a capacitação seja tratada como uma política permanente dentro das escolas. Na avaliação do representante sindical, não basta oferecer um treinamento inicial. É necessário garantir que novos profissionais também sejam capacitados e que as equipes tenham condições de colocar os conhecimentos em prática.

Pereira também relaciona a discussão sobre primeiros socorros a outros problemas estruturais da rede estadual, como a falta de profissionais e de estrutura para atender estudantes com deficiência.

Já na rede particular, o Sinpro ABC chama atenção para outro desafio: a responsabilidade pela preparação para situações de emergência não pode ser

transferida aos professores. Segundo Edilene Arjoni, presidente do sindicato, embora exista a necessidade de capacitar as equipes, é preciso que as escolas assumam a responsabilidade pela formação e pela estrutura necessária para atender eventuais ocorrências.

“Ao mesmo tempo que enxergamos a necessidade, não tem como jogar essa competência para cima dos professores”, afirma Edilene. Ainda de acordo com a dirigente sindical, grande parte das escolas particulares sequer sabem da existência da Lei Lucas, o que dificulta a cobrança pela capacitação e pela atualização dos conhecimentos.

A falta de informação sobre a legislação é um dos obstáculos para que a medida seja efetivamente incorporada à rotina das escolas particulares.

Primeiros minutos podem ser decisivos

A proposta da Lei Lucas não é fazer com que professores e funcionários substituam médicos, enfermeiros, bombeiros ou socorristas. O objetivo é garantir que, diante de uma emergência, exista alguém capaz de reconhecer o problema, tomar as primeiras medidas de segurança, acionar o serviço especializado e acompanhar a vítima até a chegada do socorro.

Entre as situações trabalhadas nos treinamentos estão justamente algumas das ocorrências que exigem resposta rápida, como engasgos e paradas cardiorrespiratórias.

Em São Paulo, mais de 100 mil alunos e funcionários de escolas já haviam participado de capacitações de primeiros socorros oferecidas pelo Corpo de Bombeiros até abril de 2024, segundo a Secretaria da Segurança Pública. O treinamento faz parte das ações de apoio à Lei e orienta como agir diante de situações de emergência.

O número, porém, não representa a quantidade de ocorrências registradas nas escolas, uma vez que não há, em levantamento estadual disponível, um balanço consolidado de quantos estudantes sofreram emergências nas escolas

<https://www.reporterdiario.com.br/noticia/3886109/escolas-do-abc-carecem-de-profissionais-capacitados-em-primeiros-socorros/>

Veículo: Online -> Site -> Site Repórter Diário - Santo André/SP

Seção: Cidades